

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

JUVENTUDE E POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE
JOVENS EM ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS

Bolsista: Karina Teixeira Pimentel, CNPq

MANAUS
2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE APOIO À PESQUISA
PROGRAMA INSTITUCIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

RELATÓRIO FINAL
PIB-SA/0112/2013

JUVENTUDE E POLÍTICA: UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE
JOVENS EM ÓRGÃOS COLEGIADOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS

Bolsista: Karina Teixeira Pimentel
Orientadora: Prof^a. Dr^a Cristiane Bonfim Fernandez

MANAUS
2014

Todos os direitos deste relatório são reservados à Universidade Federal do Amazonas. Parte deste relatório só poderá ser reproduzida para fins acadêmicos ou científicos.

Esta pesquisa financiada pelo Conselho Nacional de Pesquisa – CNPq, através do Programa Institucional de Iniciação Científica da Universidade Federal do Amazonas - PIBIC, foi desenvolvida pelo Grupo de Estudo e Pesquisa em Processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia – GETRA.

RESUMO

Considerando que no século XXI temos uma democracia que garante a participação política, e ao mesmo tempo, se vivencia uma certa despolitização na sociedade, é importante considerarmos que o jovem não é um sujeito isolado do restante da sociedade. E, de uma forma geral, toda nossa sociedade tem partilhado certa descrença na ação política, embasada por um contexto histórico que levou muitas pessoas a se desanimar com a política, por isso é evidente que a juventude também partilhe desse sentimento, inclusive, no espaço universitário. Este projeto tem o objetivo de desenvolver principalmente uma reflexão sobre a participação de jovens na construção e decisões referentes às políticas da UFAM, por meio de seus órgãos colegiados. Também temos o intuito de identificar o perfil desses jovens inseridos nos espaços políticos da UFAM como o Conselho Universitário (CONSUNI), o Conselho de Administração (CONSAD) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), constatarmos as formas de fazer política que esses jovens desenvolvem em prol da comunidade acadêmica e investigar a visão sobre política e participação que essa juventude tem consigo. Primeiramente ocorreu o contato com seis jovens inseridos nos órgãos colegiados, posteriormente foi aplicado o questionário e roteiro de entrevistas com os jovens universitários pertencentes a esses espaços políticos. Os resultados dos participantes dos conselhos apontam um perfil de um jovem com média de idade de 22,5 anos, 80% deles vieram de escola pública e atualmente o jovem ocupa seu tempo livre com alguma organização que visa à participação política em prol da representatividade de outros. Sobretudo, esse estudo entende que a política universitária é uma das formas que um aluno pode atuar democraticamente no espaço público em prol das necessidades que afeta a sua categoria, exercendo principalmente seu papel como protagonista social e influenciando os demais jovens a participarem desse processo na busca por uma universidade melhor para todos. Concluímos que o segmento juvenil, acima de tudo o universitário, tem capacidade de intervir na dinâmica social, através de sua participação nos espaços políticos da universidade e os órgãos colegiados que são uma ferramenta crucial para que eles possam ter voz e vez e exercendo seu posicionamento perante a comunidade.

Palavras Chave: Universidade, Juventude e Participação política.

ABSTRACT

Whereas that in the XXI century we have a democracy that guarantees political participation, and at the same time, there is a certain depolitization in society, it is important to consider that the youth is not isolated of the rest of society. Moreover, in general, our entire society has shared disbelief in political action, based on a historical context that led many people to be skeptic about politics, so it is evident that the youth also share this sentiment, even among the college students. This project, aims to develop a reflection on youth participation in building and decisions related to the UFAM policies, through their collegiate bodies. We also have in order to identify the profile of these young people entered on the UFAM's political spaces such as University Council (CONSUNI), Council Direction CONSAD and Council Education of Research and Extension (CONSEPE), to verify which forms of politics that these young people develop towards the academic community and investigate the vision of political participation and that youth has. At first occurred contact with six young members of the collegiate bodies, and subsequently the questionnaire of interviews was applied to young university students part of these political spaces. The results of the participating councils indicate a profile of a young woman with a mean age of 22.5 years, 80% of them came from public school and currently the young students spends their free time with some organization that aims to promote political participation that represents the interests of others. Above all, this study considers that the university policy is one of the ways that a student can act democratically in the public space in favor of the needs that the students has as a group. Mainly through their role as a social actor and influencing, other young people to participate in this process in pursuit for a better university for all. We conclude that the Juvenile segment, above all, the university student has the capacity to intervene in the social dynamics, their participation in political spaces of the university and collegiate bodies are a crucial tool so they can have a voice and be able to exercising their position before the community.

KeyWords: University, youth and participation politics.

LISTA DE SIGLAS

CA	Centro Acadêmico
CONJUVE	Conselho Nacional de Juventude
CNPQ	Conselho Nacional de Pesquisa
DCE	Diretório Central do Estudante
CONSAD	Conselho de Administração
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.
CONSUNI	Conselho Universitário
GETRA	Grupo de Estudos e Pesquisas em processo de Trabalho e Serviço Social na Amazônia
M E	Movimento Estudantil
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PIBIC	Programa Institucional de Iniciação Científica
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
PROUNI	Programa Universidade para Todos
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE QUADROS

QUADRO 01: Perfil dos entrevistados.....	25
QUADRO 02: O que é política.....	28
QUADRO 03: Visão e pensamento político.....	32
QUADRO 04: Importância da participação.....	33
QUADRO 05: Participam de algum órgão e como ocorre	35
QUADRO 06: Como e o que contribuiu para inserção nos órgãos.....	37
QUADRO 07: Experiências nos colegiados.....	38
CRONOGRAMA.....	45
APÊNDICES.....	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
1. SER JOVEM ONTEM E HOJE.....	11
1.1. Um olhar histórico sobre a infância	11
1.2. Conceito sobre Juventude.....	14
2. JUVENTUDE BRASILEIRA.....	15
2.1. Juventude e as políticas no Brasil.....	15
3. RECONHECIMENTO JUVENIL.....	17
3.1. O jovem como sujeito de direitos.....	17
3.2. Os jovens nos movimentos culturais e seus grupos.,.....	18
4. JUVENTUDE E UNIVERSIDADE.....	19
4.1. Jovens apáticos ou despolitizados.....	19
4.2. Juventude e participação política.....	21
4.3 Universidade e seus efeitos na vida dos jovens.....	22
5. JUVENTUDE INSERIDA NOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS.....	23
5.1. Dificuldades e experiências dos participantes.....	24
5.2. O perfil do jovem inserido nos colegiados.....	25
5.3. As formas de fazer política.....	27
5.4. Visões sobre participação.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS	42
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	45

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa busca contribuir para as discussões acerca da juventude e política, de modo a disponibilizar as informações obtidas para a sociedade, acadêmicos e pesquisadores. Para darmos início ao foco principal da nossa pesquisa é necessário que discorramos pelo seu ponto de partida.

Este projeto trata-se de uma renovação do PIB-SA/0143/2012, que tratou sobre outra sistematização alguns anos atrás. Por motivos cabíveis, a data de realização da pesquisa aplicada na juventude que participa dos conselhos, contida na metodologia de 2009 a 2012 foi alterado para 2013 a 2014, mas é claro, sem deixarmos de lado o foco principal da temática. Onde se pretende desenvolver principalmente uma reflexão acerca da participação de jovens na construção e decisões referentes às políticas da UFAM, por meio de seus órgãos colegiados.

A partir daí foram realizados os primeiros contatos com a UFAM para coleta de dados referentes aos jovens participantes do locus da nossa pesquisa : Conselho Universitário - CONSUNI, Conselho de Administração - CONSAD e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE, a fim de identificar os jovens pertencentes a faixa etária de 18 a 29 anos. Em seguida foram elaborados questionários com perguntas abertas e fechadas e um roteiro de entrevistas para a aplicação com os sujeitos selecionados.

Vale destacar que o período de 2013 a 2014 tivemos um total de 27 representantes discentes (nos três Conselhos CONSUNI, CONSAD e CONSEP). No entanto, através dos dados disponibilizados pela secretária dos conselhos, conseguimos contato com apenas 10 discentes, aos quais enviamos convites, através de e-mails ou ligações, para participarem da pesquisa, destes apenas 6 nos retornaram. Sendo assim realizamos então a pesquisa com esses 6 discentes, tal fato se deve a falta de disponibilidade ou interesse dos demais discentes. Os entrevistados foram identificados da seguinte maneira, o sujeito 01, 02, 03 e 04 pertencentes ao Conselho Universitário, o sujeito 05 do Conselho Administrativo e o sujeito 06 do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão.

O presente relatório vem expor a pesquisa realizada no período de agosto de 2013 a junho de 2014, que corresponde ao período de levantamento bibliográfico, produção do referencial teórico da pesquisa, contatos iniciais com a instituição, aplicação de

questionários e entrevistas, tabulação e transcrição de entrevistas, e análise da coleta de dados.

Com isso, é importante ressaltar que a ida a campo é uma fase determinante da pesquisa, pois é através dela que averiguamos o que de fato foi concretizado pelos jovens, ou seja, para sabermos se realmente estes estudantes universitários estão participando e de que forma eles atuam nesses espaços democráticos disponibilizados pela instituição. No entanto, tal fase foi exaustiva pois nos exigiu tempo para ir em busca do sujeito da pesquisa. Reconheço que foi uma pesquisa bastante trabalhosa, devido a dificuldade de comunicação e disponibilidade de horários dos sujeitos, embora alguns sempre mostraram interesse e disposição em colaborar com a pesquisa.

Grande parte dos jovens se dispuseram para participar da pesquisa. Até houve casos de estudantes que estava em outro país fazendo intercâmbio, alguns já haviam se formado e saído da universidade e outros não se adequavam as exigências da pesquisa no quesito, faixa etária.

Quando se trata de metodologia refere-se uma tarefa de artesanato intelectual, que perpassa várias etapas. Estas foram indicadas por Minayo (2001), como um processo cíclico, ou em espiral, o qual envolve um problema, perguntas e que termina em um produto provisório, datado no tempo e no espaço e a partir do qual podem surgir novas inquietações e questionamentos. Assim, à luz dessas diretrizes esta pesquisa foi estruturada fases distintas, mas articuladas entre si. Este estudo baseia-se em quatro fases:

- ✓ **Revisão de Literatura** → Contempla levantamento bibliográfico referente ao tema a fim de refletir sobre os conceitos de juventude, participação, política, assim como das categorias que permeiam a pesquisa e da metodologia da pesquisa. Esse momento será efetivado a partir de leituras e fichamentos de textos, livros, artigos e através de debate sobre o material selecionado.
- ✓ **Contato com a Instituição e Elaboração dos Instrumentais** → Foi feito um contato com os órgãos colegiados da Universidade Federal do Amazonas, CONSUNI, CONSAD e CONDEPE para levantamento da composição de seus membros, a fim de identificar a presença de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos de idade. Ainda nesta fase, será elaborado o questionário com perguntas abertas e fechadas e um roteiro de entrevistas para aplicação com os jovens selecionados.

- ✓ **Realização da pesquisa de campo** → Essa fase, propicia ao pesquisador a inserção na realidade investigada norteada pela discussão a respeito da temática, assim como da pesquisa qualitativa. Foram aplicados questionários com os jovens disponíveis para participar da pesquisa, e em seguida, realizada entrevistas com alguns. O quantitativo de jovens que responderão ao questionário e participarão da entrevista dependerá do levantamento feito quanto a presença de jovens nos órgãos colegiados da UFAM. Mas, para tanto, serão considerados os critérios de viabilidade e disponibilidade do sujeito em participar da pesquisa.

- ✓ **Organização, análise e interpretação dos dados coletados** → É o momento da abordagem quantitativa e qualitativa, movimento este realizado a luz de todo referencial teórico construído o qual será revisitado continuamente. Haverá uma tabulação dos questionários e análise das entrevistas. É importante ressaltar que a trajetória da investigação não ocorre de forma estanque, mas articulada, o que exige uma postura aberta ao aprendizado contínuo e amadurecimento do pesquisador.

1. SER JOVEM ONTEM E HOJE

1.1 Um olhar histórico sobre a infância

A categoria juventude foi construída no decorrer da história, a partir de determinantes sociais e culturais que atribuíram diversos significados a este segmento da sociedade. Conforme a época, os costumes e as culturas, o conceito de juventude foi sendo transformado, refletindo, até mesmo, disputas no campo político, econômico, ideológico e gerando conflitos entre as gerações.

Em um primeiro momento se faz necessário discorrer sobre a noção de infância, pois ainda não existia a categoria juventude.

Ao longo tempo, a infância pode ser considerada uma das fases mais importantes para muitas pessoas, por sua essência em representar a inocência. Historicamente, as primeiras distinções entre o mundo infantil e o mundo adulto ocorrem no início do século XVII, quando a criança era desvalorizada, sem muitos laços familiares que eram constituídos e valorizados, além de que houve uma época em que os infantes eram dados como adultos em miniaturas, vestindo-se da mesma forma aos de seus pais, sem que pudessem obter a liberdade, induzidos pelos hábitos e costumes da sociedade. Muitas crianças viviam a rotina do mundo adulto que ordenava o cotidiano delas ao estabelecer os princípios norteadores a serem seguidos. De acordo com Ariès (1973, apud Nascimento, 2011, p. 03) “a vida era relativamente igual para todas as idades, ou seja, não havia muitos estágios e os que existiam não eram tão claramente demarcados. Por exemplo, as crianças tinham muito menos poder do que atualmente têm em relação aos adultos”.

A infância não tinha suas especificidades respeitadas, não havia o “sentimento de infância”. É somente a partir do século XVIII que a criança passa a ser concebida de forma particular e com um papel central dentro da família (FERNANDEZ, 2012).

Até o final do século XIX a criança era responsabilidade apenas. No entanto, quando a família demonstrava não ser capaz de educar a criança, e esta se revelava como uma ameaça em potencial para a vida em sociedade, o Estado passava a intervir. Segundo Rizzini (2008, p. 23), “a criança deixa de ser objeto de interesse, preocupação e ação no âmbito privado da família e da Igreja para tornar-se uma questão de cunho social, de competência administrativa do Estado”.

Conforme Zucchetti & Bergamaschi (2007):

Mudanças começaram a ser implementadas quando da organização dos Estados Nacionais e de instituições que tomaram para si o cuidado da infância. O advento de um outro tipo de família, de acordo com os parâmetros ditados pela burguesia ascendente, também implementou mudanças significativas no tratamento da infância, surgindo, em decorrência,

uma mentalidade que começa a perceber a infância com outro estatuto, próximo das concepções atuais (p. 218).

Nesse período histórico, a relação da criança com a sociedade ocorria a partir de uma variedade de práticas e situações. A família, a Igreja, o Estado e a Sociedade, todos desempenhavam algum papel determinante na incorporação de valores morais, religiosos e culturais na vida da criança. Esses segmentos da sociedade concebiam a infância a partir de diversos olhares. As noções mais comuns associavam infância a “problema” e à pobreza. Por vezes, a criança era vista como “desvalida”, “infeliz”, “irregular” e “incorrigível”. Apesar dessas concepções a infância também representava a “chave para o futuro” e, por isso, precisava ser educada e reeducada para tornasse “útil à sociedade”, e de um certa forma, ser afastada de caminhos que levassem a criminalidade. No entanto, “tais palavras, transformadas em ação, revelam que, em se tratando da infância pobre, educar tinha por meta moldá-la para a submissão” (RIZZINI, 2008, p. 29).

Em contrapartida, a desigualdade também era uma questão que afetava este segmento, pois havia uma clara distância entre as infâncias ditas “privilegiadas” e os menores “marginalizados”, colocando em lados opostos crianças, adolescentes e menores abandonados. Como sinaliza Rizzini (2008, p. 29), existia “de um lado, a criança mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o menor, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas, repressivas e programas assistenciais (...)”.

No Brasil, a criança passou a ser foco de diferentes interesses e a dimensão de cuidado sobre essa categoria ficou muito maior, principalmente no final do século XIX. Diante dos diagnósticos preocupantes foi necessária a adoção de novas medidas para combater o abandono e a criminalidade na infância. Apesar da existência de inúmeras instituições responsáveis pelo atendimento à infância, a questão do abandono de crianças ainda era uma prática frequente até meados do século XIX (RIZZINI, 2008).

As iniciativas no âmbito da infância tinham o intuito de controlar e participar da vida social da criança, pois, de um modo geral, era preciso ter o controle da população vista como “perigosa”. Dentre essas podemos citar: Santa Casa de Misericórdia (1521), Casas dos Expostos (1726), Asilos de órfãos, Abrigo de Menores, Instituto de Proteção e Assistência à Infância (1901), Fórmula Justiça e Assistência (1920), Escolas de Reforma. As instituições, em grande parte eram mantidas por ordens religiosas e auxiliadas pelos poderes públicos.

Sendo assim, o “problema da criança” não foi enfrentado com propostas e política capazes de influenciar e melhorar efetivamente a distribuição de renda, a educação e a saúde para estes atores sociais.

A partir do século XX o cenário se altera, depois de muitas lutas por parte da sociedade e de instituições de defesa da criança e do adolescente, a infância passa a ser concebida enquanto sujeito de direitos. Assim, em virtude das legislações internacionais que idealizavam a valorização, a defesa e a proteção da criança e do adolescente foi possível a formulação dos primeiros direitos de cidadania e o reconhecimento de suas características e especificidades.

Nesse contexto, houve importantes avanços no âmbito nacional e internacional, como a criação e a formulação de leis visando à proteção da infância, a saber: Declaração sobre os Direitos da Criança (1923), Departamento Nacional da Criança (1940), Serviço de Assistência a Menores (1941), Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959), LBA Legião Brasileira de Assistência (1942) UNICEF Fundo das Nações Unidas para a Criança (1946); Constituição de 1988 sob a forma do artigo 227 e o Estatuto da Criança e Adolescente (1990). Tais leis e documentos demonstram grandes avanços e conquistas que ocorreram por meio do reconhecimento e comprometimento do Estado e da Sociedade com o segmento infantil, amparando de forma legal a criança.

Contudo, coaduna-se com a visão de Pais que afirma:

A noção de juventude somente adquiriu uma certa consistência social a partir do momento em que, entre a infância e a idade adulta, se começou a verificar o prolongamento – com os consequentes problemas sociais daí derivados – dos tempos de passagem que hoje em dia mais caracterizam a juventude, quando aparece referida a uma fase de vida. (1990, p. 148)

Portanto, entende-se que a criança concebida como uma construção social

Fornece um quadro interpretativo que permite contextualizar os primeiros anos da vida humana. A infância, vista como fenômeno diferente da imaturidade biológica, não é mais um elemento natural ou universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente específico tanto estrutural quanto cultural de um grande número de sociedades. (JAMES, PROUT, 1990 apud SIROTA, 2001, p. 19).

Desta forma, a sociedade de modo geral, aos poucos vai tomando conhecimento de que o período da infância é um processo social que apresenta ao longo do tempo problemas, questões e indagações, isto é, ela destaca-se por ser uma categoria que deixa de ser frágil tão pouco valorizada e passa a ser uma juventude em foco.

Do exposto se dá a importância de trabalhar as noções de infância, pois é preciso resgatar todo esse contexto sócio histórico para demonstrar que a juventude contemplava a infância, ou seja, indivíduos de 0 a 19 anos de idade. Desta forma, em meados do século XX “a infância se tornará, no bojo dos interesses pela juventude, uma categoria sociológica nas culturas ocidentais modernas” (SANTOS, 1996, p. 152).

1.2 Conceitos sobre juventude

Definir juventude não é uma tarefa fácil, pois diversas são as concepções existentes. A juventude pode ser entendida como um grupo de pessoas que correspondem a uma determinada faixa etária, na qual se encontra biologicamente e socialmente se preparando para uma vida adulta com responsabilidades e formação de indivíduo que desempenhará uma função e lugar na sociedade, mas não pode ser encarada como um conjunto homogêneo de indivíduos.

A juventude tem significado distintos para pessoas de diferentes estratos socioeconômicos, e é vivida de maneira heterogênea (...). Dando ênfase especial a identidade juvenil se considera que existem diferentes culturas juvenis, com características comuns, inclusive por influência da cultura de massa e dos processos de globalização. (UNESCO, 2004:25).

Mas o que é exatamente a juventude? É um período de faixa etária? É um estado de espírito? É ser rebelde, transgredir as normas? É ser um revolucionário, mudar os rumos da história? É uma visão estética do ser? É a busca de autonomia financeira? As visões sobre juventude são múltiplas e distintas na nossa realidade. Ser um jovem é algo extremamente empolgante, um ciclo da vida marcante, cheio de escolhas, aprendizados, mudanças. É nessa fase que a juventude constrói bases sólidas para o decorrer da vida, a escola e a família tem uma contribuição primordial no desenvolvimento dos jovens, “preparando-os” para serem adultos de boa índole, postura de ética, valores morais, entre outras coisas importantes que a sociedade exigirá. Isso mostra que a juventude é caracterizada como uma fase que antecipa o ciclo adulto, onde ocorrerá de forma natural um amadurecimento necessário que propiciará o jovem a participar ativamente da sociedade, desempenhando tarefas e relacionando-se nela.

Ser jovem se refere ao período do ciclo da vida em que as pessoas passam da infância à condição adulta e, durante o qual, se produzem importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e os gêneros. (UNESCO, 2004, p.23).

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a juventude é definida como segmento populacional metodologicamente identificado pelo processo de transição para assumir o papel do adulto na sociedade, tanto no plano familiar e profissional cronologicamente compreendido entre 15 e 24 anos de idade. A definição da ONU é utilizada para especificar a juventude, no caso a juventude de todo o planeta Terra.

A juventude contemporânea é uma categoria social que se encontra em meio a um contexto muitíssimo complexo, a sociedade geralmente associa responsabilidade à vida, mas isso, mas isso não significa que o jovem não tenha responsabilidades. Quando se fala em juventude, há diferentes olhares, o negativo que a caracterizam muitas vezes, como geradora de problemas e o positivo que a consideram os consumidores em potencial, executores da arte, protagonistas de movimentos culturais e etc. Ser “jovem” pode ser visto positiva ou negativamente, isto é, valorizado ou estigmatizado.

No que diz a respeito à juventude, de maneira mais específica, a construção social em torno dela é, via de regra, carregada de significados negativos, prevalecendo o rótulo de geradora de problemas, cujos desdobramentos e consequências se fazem sentir tanto em seu cotidiano quanto na sua relação com as diversas instituições sociais de que participa, tais como a família, a escola etc. (ESTEVES e ABRAMOVAY. 2004).

Sendo assim o conceito de juventude é um tanto complicado, pois temos vários autores que busca definir a juventude e todos defendem seus conceitos sobre duas óticas como fase preparatória para a vida adulta e o jovem como problema atrelado ao conceito de delinquência. Com essa reflexão sobre a juventude, podemos seguir agora mostrando o contexto de políticas públicas para a juventude, algumas políticas públicas destinadas aos jovens.

2. JUVENTUDE BRASILEIRA

2.1 Juventude e as políticas no Brasil

No que diz a respeito sobre o contexto em que a juventude se insere percebemos que a juventude no passado (início do século XX), passou por momentos bons e ruins, tendo suas turbulências, onde recebia pouca atenção, mas com tempo ganha evidência por diversos motivos, dentre eles a sua mobilização no decorrer da história, chegando a adquirir espaços na sociedade, encaixando-se em processos, em políticas públicas e principalmente para ser reconhecida no âmbito social. Os jovens vêm ganhando visibilidade na sociedade desde a década de 80 com sua inserção os processos democráticos que consistiam em lutas por mudanças sociais (BANGO, 2003).

É importante lembrar que os jovens começam sua militância nos anos de 60, 70 e 80 manifestaram-se de forma intensa nas lutas de direitos na época da ditadura militar e a confiança na democracia era característica presente nos jovens como poder de transformação. A influência na esfera política garantiu a visibilidade da juventude na sociedade revelando que os mesmos poderiam sim, ser, o autor de sua própria história. Desta forma destacamos que os jovens que se inserem em lutas sociais tem um desejo de transformação social que vislumbrar um mundo melhor, mais justo e com menos desigualdades sociais (CASTRO, 2008).

A juventude, como questão política e tema das políticas públicas, emerge depois do processo de redemocratização influenciando na redefinição da agenda pública do governo e dos países envolvidos. Tendo em vista a carência de inúmeros fatores como saúde, lazer, educação, entre outros, houve a necessidade de ter um acompanhamento maior da juventude e de ter políticas públicas para ajudar no desenvolvimento dos jovens. A ONU em 1996 adotou o programa mundial de ação para a Juventude, que é um programa de metas para a juventude desenvolvida pela ONU para ser aplicado nos países que se comprometem a valorizar a juventude.

No contexto brasileiro, também houve essa preocupação com os jovens, então ocorreu a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude organizada pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e pela Secretaria Nacional realizada em 2008 (Abramovay e Castro 2009). A Conferência teve como objetivo criar um espaço de diálogo entre Governo e sociedade civil que pudesse servir de base e subsídio para consolidação de uma política nacional para a juventude, bem como sua inclusão como tema permanente na agenda das políticas públicas do Estado brasileiro.

Sabemos que a juventude é uma grande parcela quantitativa e que impõe muitas necessidades à sociedade, tais políticas hoje se encontram voltadas para áreas em que eles sentem carência, como é o caso do lazer, educação, esportes, etc. Hoje há políticas públicas que estão destinadas para os jovens usufruírem, inúmeros governos que administraram o Brasil implementaram essas políticas com o decorrer do tempo, podemos citar algumas políticas que ainda na atualidade vigoram, como: Pro Jovem, Segundo tempo, ProUni. No que diz respeito às políticas públicas SPOSITO e CARRANO (2003) afirmam que as políticas públicas podem ser entendidas como “um conjunto de decisões e ações destinadas a resoluções de problemas políticos”.

Considerando o que já foi mencionado, podemos destacar que o Brasil tem avançado de forma progressiva, apesar dos desafios de se implementar e assegurar a construção de

políticas; interligando a temática dos problemas juvenis na agenda do governo e a inclusão desse jovens durante todo esse processo. Mas vale refletir, que a organização de políticas públicas para a juventude é de fundamental importância para o desenvolvimento de uma sociedade; não só apenas a sua implantação, mas a sua eficaz implementação, capaz de transformar a vida de muitos jovens que acreditam nessa possibilidade.

É com essa linha de pensamento de que os jovens devem ser assistidos de políticas públicas e que fazem parte da sociedade que iremos dar continuidade com o tópico a seguir.

3. RECONHECIMENTO JUVENIL

3.1 O jovem como sujeito de direitos

No cenário brasileiro o jovem tem se mostrado o principal protagonista na busca dos seus interesses, reconhecendo as limitações das perspectivas que consideram a juventude como período preparatório, começou a se desenvolver, nos anos 90, uma visão que considera os jovens como sujeitos de direitos. Um dos avanços possibilitados por esta nova forma de conceber a juventude é o fato de as políticas a ela dirigidas poderem transformar os problemas concretos vividos pelos jovens que se inscrevem no campo dos direitos, aumentando a pauta de ação e compromissos da sociedade civil e do Estado para com esses segmentos (SPOSITO & CARRANO, 2003).

Como já foi dito, ocorreu no Brasil a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude organizada pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e pela Secretaria Nacional realizada em 2008, com o objetivo de criar um espaço de diálogo entre Governo e sociedade civil que pudesse servir de base e subsídio para consolidação de uma política nacional para a juventude. Essa reunião se deu devido uma preocupação por uma maior visibilidade do tema, um comprometimento maior com a classe juvenil, enfatizando os jovens não somente como sujeitos de direitos, mas como sujeitos com vontade de construir novos direitos, reinventando políticas, pois a juventude merece mais valor no, em um, contexto nacional.

Através da interlocução do Estado com os jovens numa relação direta, é possível formular políticas públicas à juventude; isso inclui que todas essas ações são responsabilidades de ambos os lados que exige uma intensa elaboração para a concretização dessas políticas de juventude. Dessa forma vimos que o Estado deve andar na linha de frente

com a sociedade civil, tomando posições sobre as exigências que são significativas na esfera pública e que de fato, são demandas que público jovem deve usufruir por direito humano.

Quando falamos de direitos sociais, não falamos apenas de políticas que devem constar no papel e ser efetuadas quando há pressão da demanda, mas falamos de uma sociedade composta também por uma juventude que busca ser reconhecida, valorizada e respeitada. O jovem é submetido constantemente a transformações derivadas da sociedade causadas por vários aspectos, tanto social, político, econômico e cultural; devido a isso cabe aos jovens participarem da sociedade, mesmo porque reconhecidos com sujeito de direitos eles estão expostos a um contexto com muitas peculiaridades, diferentes formas em que ela está constituída, suas desigualdades, etc. Estas demandas emergem da compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos*, definidos por suas incompletudes ou desvios, mas por suas especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas (ABRAMOVAY, 2005).

Considerando o exposto acima, falaremos um pouco sobre o reconhecimento dos jovens no tópico seguir.

3.2 Os jovens nos movimentos culturais e seus grupos

Partindo do princípio da cidadania como direito à vida no sentido pleno, a juventude acredita que através de sua cultura pode exercer alguns de seus direitos e deveres de forma alternativa, buscando construir e transmitir sua realidade, isto é, a sua forma de viver; acreditam na cultura como algo tão necessário na vida do indivíduo e na sua cidadania. Isso demonstra que essa juventude procurou transmitir uma nova política, através da arte, da cultura e das músicas.

Desde os anos de 1960, jovens urbanos criam grupos e “tribos” a partir de formas corporais, roupas e músicas, como o movimento “punk”. Ao se tratar de juventude, sobretudo na década de 60, o movimento que mais se tornou emblemático, com certeza, foi o movimento estudantil, que se mostrou claro com relação a influir nas direções de poder. Esses grupos de jovens expressam de modo muito visível suas formas de sociabilidade e seus estilos de vida, o que é característica fundamental dos seus movimentos; tais grupos às vezes são associados a estilos musicais.

Na década de 90, emergiram diversos movimentos sociais ou culturais, que na maioria das vezes era composto por jovens: o rap, o hip-hop, o funk, e também no Brasil, o samba-funk, forró, dentre outros movimentos que buscavam liberdade, respeito pelas diferenças e o

reconhecimento se seus direitos por meio dessas expressões culturais. Como a ocupação dos jovens estudantes nas ruas, com o movimento “*caras pintadas*” em favor do “*impeachment*” do Presidente Collor. Outro contraponto ainda em 90 é o surgimento de alguns movimentos que valorizavam a violência – galeras dirigiam a violência contra negros, homossexuais, nordestinos e indígenas.

Desta forma os jovens vêm buscando novos caminhos para continuarem inseridos nas transformações sociais, seja por participação política partidária, seja por participações voluntárias, sendo assim o jovem vem desenvolvendo no período vigente um jeito novo de se manter atuante na política. (CASTRO, 2008). Isto é, a juventude não está de braços cruzados, mas se impõe diante da violação dos direitos que atinge sua categoria. Podemos perceber então, que o público jovem tenta repassar através de distintos grupos de socialização a sua maneira de ver o mundo, sua autonomia em pensar a política, liberdade de expressão e o principal, a sua visão crítica da realidade.

Entretanto, o vestuário, a música e/ou objetos emblemáticos constituem na atualidade, uma forma de mediação para a construção identitária dos jovens, na qual a juventude pode sim, ser considerada uma categoria de extrema importância. Estes grupos expressam de modo muito visível nos grandes centros a sociabilidade e os estilos de vida dos jovens, “tribos” estão associadas a estilos musicais (ALMEIDA, 2009).

Dando continuação dessa linha de pensamento sobre os jovens e seus meios de fazer parte da política, no próximo tópico abordaremos sobre tais conceitos que envolvem as suas politizações ou apatias no âmbito da política apresentado abaixo.

4. JUVENTUDE E UNIVERSIDADE

4.1 Jovens apáticos ou despolitizados

As décadas de 1980 e 1990 no Brasil são marcadas pelo processo de abertura política e também de outra “cara” da juventude do nosso país. Um novo rock brasileiro, o funk e outros movimentos musicais aparecem no cenário. E junto disso, a visão de uma juventude que teria se afastado da política e se tornado “desinteressada”. Porém, são vários os fatores que contribuem para a redução da participação política dos jovens dentro das instituições políticas – falta de confiabilidade nas instituições políticas, a falta de políticas que atendam as demandas da juventude e a corrupção (UNESCO, 2004),

Isso significa que o declínio no interesse dos jovens pela política não é apenas devido à sua falta de motivação pela coisa pública, mas que também pode ser determinado pelo fato de que os recursos para a mobilização e a participação que antes existiam não estão mais disponíveis. (CASTRO, 2008 p. 255).

É por esse motivo que muitos jovens vêm se distanciando de partidos políticos e buscando novas formas de participar do contexto político, tendo em vista que participação não se refere apenas as instituições políticas, mas como vem trazer (Iulianelli, 2003) o protagonismo juvenil pode ser feito a partir do momento que os jovens começam a discutir aquilo que afeta a sua categoria. Desse modo, é importante ressaltar que ainda há segmentos juvenis que acreditam na política institucionalizada e buscam manter-se ativos nas participações políticas frente a essas instituições, pois acreditam que para que ocorra mudanças é necessário que se atue direto na problemática. Desta forma os jovens vêm buscando novos caminhos para continuarem inseridos nas transformações sociais, seja por participação política partidária, seja por participações voluntárias, sendo assim o jovem vem desenvolvendo no período vigente um jeito novo de se manter atuante na política. (CASTRO, 2008).

No geral, a participação dos jovens na política se dá de forma pouco expressiva, a juventude esboça certa “apatia” com relação a sua participação política. Isso se dá devido às desilusões causadas pelas instituições que se ligam a problemas relacionados com a corrupção, a falta de transparência e a eficácia na gestão, estes grandes empecilhos acabam desviando o interesse dos jovens em participar deste segmento social, contribuindo para essa “apatia” que hoje se manifesta entre ambos. O grande problema que a gente tem hoje é a desilusão; a desilusão que os jovens têm hoje com a política, com os nossos políticos principalmente, por toda essa corrupção exacerbada, por todos os motivos ruins que todos estão carecas de saber. E o que falta hoje mesmo é, na verdade a união; aquela união que existia antigamente, que os estudantes brigavam juntos, eles se uniam em prol de grandes motivos, (CASTRO, 2009).

No que tange esses aspectos não podemos dizer que os jovens são “apáticos” e “despolitizados”, mas devemos considerar que a juventude, sobretudo a brasileira não se manifesta intensamente no contexto político. Em vista disso, essa temática de “apatia” desde muito tempo vem sendo questionada pela sociedade, mas cabe aqui ressaltarmos que a juventude é a massa que se faz presente no contexto político do Brasil, tem o poder de transformação e mobilização em torno de seus ideais.

No tópico a seguir discutiremos um pouco mais sobre a questão da juventude e a sua participação no meio político presente na nossa sociedade.

4.2 Juventude e participação política

No contexto brasileiro a participação juvenil se vê prejudicada devido a fatores históricos enraizados e visíveis na realidade do nosso país, fatores estes como a desigualdade que limita e muito a participação juvenil, seja ela na política burocratizada e/ou institucionalizada, no acesso as políticas públicas, direitos, e etc. É relevante evidenciar o aspecto da participação de uma forma mais fechada, a participação da juventude no campo da política burocrática/institucional, pois esta tem papel fundamental na construção de uma identidade política, a participação em instâncias representativas desse porte é um dos aspectos reivindicados pela sociedade a partir dos anos de 1980 com a redemocratização.

É relevante mencionar que “os jovens participam da dinâmica da sociedade através de estratégias, seja como atores sociais e políticos ou manifestando diversas formas de expressão e identidade” UNESCO (2004, p.31). A participação da juventude voltada para o meio político é entendida apenas como uma ação engajada por meio dos mecanismos de reivindicação e de pressão. Temos que procurar entender que a juventude deve ser protagonista nesse cenário político, pois temos exemplos da juventude que é politicamente ativa, a juventude universitária, que tem participado frequentemente de movimentos estudantis sociais de organizações governamentais e não governamentais no Brasil.

Os jovens que adentram no ramo político na maioria das vezes constroem uma base sólida desde a sua formação escolar no ensino regular até a finalização do ensino superior. Esses jovens vêm se destacando e mostrando seu potencial, levando em consideração também aos jovens que se engajam na vida política, seja na vida acadêmica da escola ou universidade; sua trajetória como protagonista de sua própria história é indispensável e são mais vulneráveis a ser politizado, ter o poder de influencia e convencimento de ideias aos que estão em sua volta. “Alguns jovens ingressaram nos partidos tendo já participado ativamente dos grêmios e dos movimentos estudantis, tendo iniciado na escola seus embates por mudanças”, CASTRO (2008).

A participação dos jovens universitários ocupa maior visibilidade na sociedade comparada aos jovens envolvidos no ensino regular. “Durante décadas o único setor de jovens que participou no cenário social e político na qualidade de ator, em particular no

enfrentamento das ditaduras e na busca de sociedades mais democráticas foram os estudantes universitários” (UNESCO, 2004).

No geral, a participação dos jovens na política se dá de forma pouco expressiva, a juventude esboça certa “apatia” com relação a sua participação política. Isso se dá devido às desilusões causadas pelas instituições que se ligam a problemas relacionados com a corrupção, a falta de transparência e a eficácia na gestão, estes acontecimentos acabam desviando o interesse dos jovens em participar deste segmento social, contribuindo para essa “apatia” que hoje se manifesta entre ambos.

Embora haja certas barreiras, que induz uma grande parcela de jovens a não ser participativa no meio político a grande maioria de jovens ainda apostam em buscar transformação e reconhecimento e isso se torna visível quando a juventude para não deixar de participar da política está buscando novos meios de fazê-la mesmo que não seja pelo meio tradicional que seria o partidário, como as causas sociais. Um exemplo disso nos dias atuais, foi a grande mobilização que motivou milhares de jovens, no movimento chamado “vem pra rua”, divulgado nas redes sociais e na mídia, uma massa de jovens e adultos impactou as ruas de várias cidades do país que repercutiu pelo mundo todo. O intuito de todo esse protesto foi reivindicar por diversas questões que até naquele momento foi alvo de muita discussão entre o governo federal e o povo brasileiro.

4.3 Universidade e seus efeitos na vida dos jovens

A universidade pública é uma instituição almejada e respeitada na sociedade, seja pelo mercado de trabalho ou por quem busca adentrar nela, capaz de ensinar diversas opiniões, abrigar ensino e pesquisa para as mais diversas pessoas.

A universidade é um espaço onde influencia, prepara e transforma através da sua metodologia de ensino aos jovens que fazem parte dessa grande instituição, conforme o estatuto da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é transcrito que: “a universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio de dissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A mesma tem por finalidades, estimular a criação cultural e o desenvolvimento reflexivo, formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, promover a investigação científica, manter um compromisso com os povos indígenas, promover a divulgação do conhecimento da cultura, estimular o conhecimento dos problemas na sociedade. A UFAM tem por alguns princípios, a racionalidade e a organização, a gratuidade no ensino e universalidade do conhecimento.

A juventude da nossa contemporaneidade é aquela que sonha em entrar em uma universidade pública e vão à busca deste privilégio a partir do momento que muitos estão deixando o ensino médio.

Com isso é possível deduzir que a universidade é um terreno fértil para a ampliação de conhecimentos, não só nos espaços físicos, como também perpassando por todas as esferas do saber, incluindo as atividades culturais, interdisciplinares, aprofundamento em pesquisas, desenvolvimento de redes de sociabilidade dentro do ambiente universitário e estendendo para fora esses dinamismos apreendido pelo jovem.

Porém essa instituição não se caracteriza apenas por ser um espaço que produz conhecimento, mas também por ser um lugar formulador de opiniões. Motiva os que fazem parte dela a participar de um âmbito político, pois a mesma disponibiliza todo um aparato para essa discussão e participação política ativa. E além do mais, por meio de uma articulação do conhecimento científico com a vivência de discentes e docentes é possível haver uma troca de saberes e experiências, e é claro, moldada por respeito com relação às diferentes opiniões.

Segundo os argumentos apresentados, podemos enfatizar que a universidade é um lugar que distribui oportunidades e reconhecimento para que a juventude nela inserida, possa se posicionar perante tais questões.

Para (Wanderley, 1988), a universidade tem “certas funções, como as de qualificar os mais aptos para as diversas profissões, diferenciar o saber científico e o pré-científico, a cultura erudita e a popular”. Implica de forma positiva e construtiva ao desenvolvimento da repartição e dos interesses dos universitários, ter “voz” e “vez” é crucial para que haja uma democrática interação entre a universidade e seus estudantes.

5.0 JUVENTUDE INSERIDA NOS ESPAÇOS DEMOCRÁTICOS

A juventude em sua diversidade ocupa distintos espaços sociais e políticos sejam institucionalizados ou não. Essa participação ocorre em sociedades concretas que trazem as marcas do tempo histórico, por meio de ideologias, forças políticas conservadoras ou progressistas. Assim sendo, é necessário compreender como os jovens participam das construções e decisões em seus espaços de formação profissional ou de trabalho.

Os jovens fazem parte de um segmento expressivo da população também afetado pelas novas transformações sociais. No entanto, sabe-se que os segmentos representativos da juventude tem ocupado papel importante no espaço das instituições de ensino superior. Considerando a sua participação em entidades que definem os rumos da Universidade, visto

que a “formação” política faz parte deste processo ocorrido também em espaços como os órgãos colegiados.

Dando nosso ponto de partida agora podemos construir o perfil da juventude inserida nos Conselhos e refletir sobre suas formas de fazer política através da sua visão e participação. Da comissão atual dos Órgãos colegiados, foram entrevistados, conforme o critério de inclusão, os seis jovens entre 18 e 29 anos de idade, que tenham participado nos órgãos colegiados da UFAM no período de 2013 a 2014, devido a sua disponibilidade de horário e interesse, para aplicação do questionário e o roteiro de entrevista, a fim de coletar informações para construirmos os objetivos do presente estudo. Os seis participantes ocupam papel fundamental de representatividade dos discentes, atendendo a demanda dos seus colegas e levando até essas entidades superiores as necessidades da comunidade estudantil.

5.1 As dificuldades e experiências dos discentes que participam dos Órgãos Colegiados da UFAM.

Para falar das experiências que tivemos na realização desse estudo teremos que fazer uma apresentação do que se trata este projeto e o que nos motivou a fazê-lo. Nosso estudo gira em torno dos jovens que participaram dos Órgãos Colegiados da Universidade Federal do Amazonas. Por que estudar a participação dos jovens?

Considerando que juventude ao longo do tempo, tem se tornado um segmento cada vez mais expressivo na sociedade, seja pelo aumento da população jovem, seja pela sua tomada de espaço nas lutas sociais, é relevante apreender a sua participação no espaço universitário. Ao contrário do que aponta o senso comum, os jovens tem capacidade de identificar suas próprias necessidades. Na caracterização da participação política o elemento – poder político – não se confunde com autoridade, nem com o Estado, mas supõe uma relação em que atores, usando recursos que são disponíveis no espaço público, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direito e obrigações. (TEIXEIRA, 1997, p.184).

Tendo em vista a necessidade de escolher o locus da pesquisa na universidade foi realizado um estudo nos Órgãos Colegiados da UFAM, na qual pretendemos mostrar que os jovens vem ocupando importantes espaços políticos nela. Através dessa participação eles tem buscado levar as reais demandas que afetam a sua categoria ao conhecimento da administração superior universitária. Neste sentido, procuramos alcançar os seguintes

objetivos: identificar o perfil dos jovens que participam dos conselhos, constatar as formas de fazer política desses jovens e investigar sua visão a respeito da participação e política no âmbito da Universidade. E o principal, refletir sobre a participação da juventude nesse segmentos superiores da instituição.

No proximo tópico mostraremos o perfil da juventude que faz parte desses Órgãos Colegiados da Ufam.

5.2 Perfil dos jovens

No quadro seguinte apresentamos o perfil dos jovens que participaram da pesquisa.

Entrevistados						
Sujeito	01	02	03	04	05	06
Sexo	masculino	masculino	masculino	masculino	masculino	masculino
Idade	20	20	21	25	22	27
Curso	Administração	Nutrição	Economia	Administração	Serviço Social	Ciências Sociais
Órgão	Consuni	Consuni	Consuni	Consuni	Consad	Consep
Religião	Protestante	Católico	Não praticante	Católico	Não praticante	Não praticante
Partidário	não	não	não	não	não	não
Estado Civil	solteiro	solteiro	solteiro	solteiro	solteiro	Solteiro
Cor	Pardo	Pardo	Branco	Pardo	Negro	Pardo
Atividade Remunerada	Sim	Não	Sim	Não	Sim	Não
Naturalidade	Manaus	Manaus	Manaus	Manaus	Manaus	Itacoatiara
Ensino Médio	Pública	Pública	Pública	Privada	Pública	Pública
Centro A. Movimento E. Diretório C. E	C. A M. E	C. A	C. A D.C.E	C. A D.C.E	C. A M. E	C. A M. E

Quadro 01: Perfil dos jovens entrevistados

O quadro exposto acima retrata o perfil atual dos jovens que participam dos Órgãos colegiados da Universidade Federal do Amazonas.

O perfil dos entrevistados mostra que, na sua grande maioria predomina o sexo masculino, não descaracterizando a participação das mulheres, pois as mesmas também se inserem no espaço político. Vigoram uma faixa etária entre 20 a 27 anos, com uma média de idade de 22,5 anos, encaixando-se no perfil caracterizado pelo Estatuto da Juventude como jovem-jovem.

Caminhando nessa construção do perfil do jovem que participa dos segmentos políticos da universidade, percebemos com a pesquisa que o jovem é carregado de experiências no âmbito acadêmico, pois se encontra academicamente situado entre o 5º ao 7º período, sendo a área de ciências humanas mais predominantes. A pesquisa aponta que os jovens, antes de adentrar na instituição, passaram por escolas públicas, cerca de 80 % dos entrevistados. Isso mostra que por mais frágil que seja o ensino público muitos conseguem adentrar em uma universidade pública.

Foi perguntado também aos jovens sua cidade natal, religião e vínculo empregatício; a maioria deles é oriunda da capital do Amazonas, Manaus e apenas um é de Itacoatiara, interior do Amazonas. Com relação a seu credo religioso 50% declaram serem não praticantes, 33% católico e 16% protestante. Quanto ao fato dos entrevistados, fazerem alguma atividade remunerada, os dados do questionário mostram que 50% trabalham e 50% não.

Há também de ser enfatizado que todos os jovens entrevistados não fazem parte de nenhum grupo partidário e são participantes ativos em centro acadêmicos, no movimento estudantil e/ou no diretório central do estudante.

Contudo, podemos seguir “esgotando” cada informação coletada dos questionários, agora traçando a vida social dos jovens, isto é, num ambiente fora da universidade. Tendem a inserirem-se ocupando seu tempo com a dinâmica da sociedade e fora do espaço universitário é uma juventude que tem a vida bastante movimentada. São antenados com as tecnologias sempre se adaptando com as grandes inovações, tem acesso ao mundo virtual, como sites de relacionamentos que acabam sendo formas de divulgação de informações e um meio que facilita o contato com outros, promovendo sociabilidade e unindo esse segmento bastante importante da sociedade que é a juventude.

Dando continuidade, mostraremos de maneira clara o perfil de cada entrevistado, primeiramente iniciamos com o: sujeito 01, é discente da graduação de Administração, tem 20 anos e atualmente encontrava-se engajado no Conselho Universitário – CONSUNI e no movimento estudantil.

O sujeito 02 atualmente é graduando de nutrição no Campus de Coarí, interior do Amazonas, tem 20 anos, o mesmo é contribuinte no Diretório regional estadual, no Colegiado de Nutrição, na Comissão própria de avaliação (Coari) e representante do Conselho Universitário - CONSUNI - do seu pólo.

O sujeito 03, tem 21 anos está cursando Economia, encontra-se engajado no Centro acadêmico de Economia, é representante legal do DCE e do Conselho Universitário – CONSUNI.

O sujeito 04, atualmente é graduando do curso de administração, tem 25 anos e participa diretamente do DCE e é representante no Conselho Universitário- CONSUNI.

Dando sequência, o sujeito 05 é estudante do curso de Serviço Social, tem 22 anos, faz parte do movimento estudantil e representante discente no conselho de Administração – CONSAD.

Já o sujeito 06, atualmente tem 27 anos, está engajado no movimento estudantil em coletivos partidários e o mesmo é representante legal do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE.

E por fim esses foram os dados obtidos na pesquisa quantitativa quanto ao primeiro objetivo da nossa temática que é identificar o perfil da juventude inserida nos Órgãos colegiados. É importante frisarmos que, embora esses jovens que participam dos Conselhos possuam perfis dissemelhantes, seus propósitos políticos para com sua categoria, são bastante similares.

5.3 Formas de fazer política

Nessa etapa será apresentada, depoimentos dos jovens que participam dos conselhos, para que seja enfatizado as experiências que os mesmos tiveram em relação a participação política, dentro dessas instâncias democráticas. Citaremos em alguns momentos trechos, relatos das respostas dos jovens, mas com todo o cuidado para não alterar seus pensamentos e preservando-os sempre com o maior cuidado, não divulgaremos o nome, porém colocaremos em uma ordem para que haja um fácil entendimento, exemplo: (Sujeito) **Sj 01**, **Sj 02**, assim em diante. As entrevistas foram aplicados com seis sujeitos, tendo em vista a disponibilidade de cada um.

É fácil percebermos que há jovens que reconhece a sua importância e os meios pelos quais pode ajudar a categoria juvenil a alcançar um nível maior de representatividade dentro

da universidade, no caso a UFAM. Quando questionados sobre o que é política, os estudantes responderam:

	Como você compreende a política?
Sj1	(...) “a política é um elemento que faz parte da nossa vida cotidiana, ela não é somente uma profissão ou algo que é remetido a um vereador ou presidente (...) ela faz parte da nossa vida e por isso deve ser compreendida. A política é uma espinha dorsal da sociedade e do ser humano”.
Sj2	“Compreendo como uma participação dos indivíduos nas decisões que afetam de alguma forma o coletivo”.
Sj3	“Como toda ação humana no que se refere a sua organização em sociedade, de se posicionar frente a quaisquer questão que se apresente”.
Sj4	“Eu compreendo que compete a gestão em aplicar as exigências de cada repartição pública, respeitando as diretrizes como um todo”.
Sj5	“É a participação do indivíduo na questão ampla da qual ele está inserido, ou seja, é representar seus colegas como estudantes, tentar buscar melhorias ao máximo (...). A política além de algo representativo tem que ser algo que sirva de suporte para ajudar a comunidade, nesse caso, a nossa universitária”.
Sj6	“Compreendo como a única forma de se conseguir representatividade e mudanças reais para melhoria da vida em sociedade”.

Quadro 02: Depoimentos dos entrevistados, o que compreendem sobre o que é política.

Percebemos através das afirmativas dos entrevistados que a política é um elemento que faz parte do cotidiano do indivíduo na sociedade, considerada como um espaço de representatividade que pode propor mudanças para um coletivo é também um meio de interação que exige participação de todos.

Se ampliarmos esta noção de política para a ideia de participação pública e coletiva, podemos ver que muitos jovens não só gostam de política como têm um forte engajamento, maior que qualquer outro segmento social. Tendo em vista que essa juventude está apta a manter relações de interesses com quem faz parte do meio político na busca não só de conhecimentos mais de experiências.

Constata-se também, que a juventude universitária entende que é crucial ter a compreensão sobre a política e qual é a atuação da política no meio estudantil. Conforme um jovem toma conhecimento da dimensão que é a política, ele terá “n” fatores que influenciarão em seus pensamentos e posicionamentos para compactuar de forma positiva ou negativa no meio político disponibilizados pelos colegiados.

Continuando, chegamos a um ponto significativo, que confirma o que os jovens disseram anteriormente.

Quando mencionam que a política além de algo representativo, “é a participação dos indivíduos nas decisões que afetam de alguma forma o coletivo”. Outra questão é levantada, se sua participação nos conselhos universitários, mudou sua forma de pensar sobre a política. O Sj 01, membro do colegiado, declara que:

Não totalmente, mas acrescentou. Quanto a política eu já possuía uma ideia formada, mas claro que isso é sempre um processo contínuo e você aprende cada vez mais, então não mudou minha forma de pensar sobre política que continua a mesmo; apenas me deu uma representação, um outro significado para burocracia, já que esse órgão é burocrata.

Na opinião do Sj 02, a sua forma de pensar mudou, diferente do entrevistado anterior:

De certa forma sim, me ensinou que as decisões dentro da universidade, ainda não são tão democráticas assim, haja em vista que o número de estudantes é inferior se comparado as outras categorias, logo o que nos resta é constatar e provocar a reitoria na oportunidade que temos.

O Sj 03, menciona que: “sim, porque me fez perceber na prática como é difícil tornar esses espaços politizados críticos e quanto é presente as correlações de forças. E o Sj 04, apenas afirma que “sim, no sentido acadêmico, pessoal e profissional.

Ainda nos depoimentos sobre essa questão, o Sj 05 destaca em sua fala que:

Posso dizer que não mudou, a princípio foi bom para eu ter experiências de plenária, técnicas de discurso e público. Foi uma experiência que eu absorvi muitos conhecimentos na qual servirá para a minha vida, eu acredito que quando uma pessoa é inserida em um espaço que aborda e debate sobre políticas você acaba absorvendo.

E por fim o Sj 06, ao contrário do depoimento do colega, afirma que:

Com certeza, como a gente vê a política começa fora do colegiado, pois vemos muitas coisas benéficas para a universidade serem interrompidas ou travadas pela política interna da universidade. O verdadeiro show não acontece no palco, o verdadeiro show está atrás do palco.

Com essas declarações, podemos perceber os diversificados pontos de vista, acerca da forma de pensar a política desses jovens, desde quando adentraram nos órgãos colegiados. Os participantes além, de expor o seu pensamento seja eles positivo ou negativo, reforçam que é necessário você ter um posicionamento político, dentro desses segmentos.

Sobre a questão, é importante que a comunidade universitária em especial, reconheça no que a política implica na vida pessoal, social ou profissional de um jovem, sobretudo um ser social, a partir daí uma juventude que reconhece os efeitos da política na sociedade e no seu cotidiano, saberá inserir-se e lutar frente às questões que regem o seu espaço político.

E para isso é importante que você faça a política acontecer, como? Participando. Isso é o que veremos agora, quando perguntado se eles percebiam um interesse dos estudantes em participar dos Conselhos Universitários. O Sj 01 aponta que:

Infelizmente isso não ocorre, existe uma grande maioria que não se importa como os problemas da universidade e essa grande maioria principalmente por desconhecer o papel e a importância desses conselhos (...), na maioria das vezes que houve mobilização e alunos discentes foram eleitos, foi porque existe um interesse externo partidário pra que isso ocorresse, somente em 2013 houve uma pequena mudança com relação a essa questão.

O discente entrevistado, identificado como Sj 02, afirma que “não, parece que os estudantes estão muitos distantes das decisões que afetam a universidade. Muitos, muitos mesmos se quer sabem da existência desses conselhos e qual a importância deles.

O Sj 03, também fala que: “Não, pois a dificuldade de existir movimentos ou coletivos estudantis que se organizem para motivar os debates , a reflexão da necessidade de participação da universidade que queremos, está cada vez mais difícil.

Diferentemente dos colegas entrevistados, o Sj 04 diz que, para ele é importante considerar duas afirmativas que: “sim, somente alguns estudantes que compreendem a importância da inserção dos estudantes em conselhos ou nas entidades e etc. Mas a grande maioria não se preocupa, apenas quando afeta suas particularidades ‘poucos vão a luta, ou seja , correr atrás do prejuizo’.”

O Sj 05 quando faz seu depoimento, desabafa dizendo:

Não, é também pelo que eu já havia comentado, dos conselhos serem um pouco "fechados". Hoje em dia, a política está muito desacreditada por muitas pessoas, inclusive jovens. A política "representações" e aqui na UFAM não é diferente, eu vejo estudantes desacreditados, tanto pelo DCE, seus centros acadêmicos, os conselhos e etc. Sua visão não muda, muito se discute, muito se debate mas nada muda, não sei se eles estão tão errados, vemos que a nossa universidade está sendo sucateada aos poucos, tanto na sua estrutura como em suas lentas mudanças (...). Se nas lutas e brigas pelos direitos, muitas vezes não temos bons retornos, logo esses jovens desacreditam na militância política (...).

E para encerrar essa questão, o Sj 06, menciona . “Não, pelo fato da política no Brasil está vandalizada , vista com maus olhos, quando você trabalha com política já pensam que você é ladrão e corrupto. Por isso quando ocorrem as eleições os estudantes não dão muita moral; o interesse de participar é pouco e dar crédito é menor ainda”.

Sendo assim é de suma importância enfatizarmos que, na Ufam a participação dos jovens frente ao órgãos que decidem os rumos que a universidade toma (CONSUNI,

CONSAD E CONSEPE) é um direito, no entanto por mais que esse seja um direito, ainda existem jovens que desconhecem tal fato ou estão desacreditados por “n” fatores sobre a política presente na sociedade. Embora haja essa precariedade, felizmente ainda há discentes preocupados em participar da política universitária e buscar transformar a sua realidade acadêmica e de seus colegas.

Porém, são vários os fatores que contribuem para a redução da participação política dos jovens dentro das instituições políticas – falta de confiabilidade nas instituições políticas, a falta de políticas que atendam as demandas da juventude e a corrupção (UNESCO, 2004).

Com as afirmações, percebemos que há uma grande evasão de discentes em participar dos colegiados, seja pela falta de interesse, acesso a informação desse direito ou descredito à política universitária. Porém todos estudantes têm o direito de fazer parte dos espaços políticos oferecidos pela instituição, como já dizia Marcovitch (1998, p. 23) “A universidade tem ainda o papel de formar a cidadania. Cabe-lhe, e talvez seja essa a sua principal função, desenvolver a inquietude do ser social”.

Deste modo a universidade não é apenas um local de formação profissional, mas um espaço de construção ideológica, busca construir sujeitos sociais. Ela também é um espaço público que contribui na construção de pensamentos políticos, é o lugar no qual os alunos estão expostos a todo tipo de ideais políticos e econômicos.

Observando cada depoimento podemos destacar que os estudantes que buscam estarem engajados, sentem que ainda tem jovens no comodismo e individualismo causado pela modernidade. É possível verificarmos tal fato quando perguntamos se eles acreditam que os estudantes e discentes são politizados.

O S_j 01 acredita e aponta que :

75% da juventude não é politizada, exatamente por isso que há um grande falta de interesse por participação política (...).Por todos esses fatores culturais do País de corrupção e dessa ideia deturpada de que a política se resume em: corrupção, cargos eleitorais. Percebo uma parcela de alunos que realmente buscam um olhar crítico sobre a sociedade e se interessa sobre política no caso, são os alunos de ciências sociais ou estudantes do ICHL (...).E também temos aqueles que se posicionam politicamente, de maneira, que eu e muitas pessoas não concordamos, que parte para um lado mais conservador.

O depoimento do S_j 02 ressalta outro ponto, “eu acho que o processo de individualismo posto pela modernidade faz com que não haja esse interesse. Acredito que a

grande massa dos estudantes, está na universidade em busca de um certificado, para responder o desejo de ascensão social”.

Na opinião do Sj 03 “ existe uma parcela considerável de estudantes e principalmente docente que tem uma visão politizada, mas que não é suficiente para provocarmos uma ação de enfrentamento dos problemas que se apresentam na nossa realidade”.

O Sj 04 acha que:

Sim, entretanto muitos possuem uma visão bastante crítica com relação aos diversos aspectos da universidade e acaba aglomerando opiniões próprias beneficiando apenas suas categorias; favorecendo a eles próprios, mesmos sabendo da eficácia (demandas, projetos), dar importância aos docentes. Tais aspectos podem ser vistos como problemas internos, professores, alunos serem individual e não ajudar o todo.

O Sj 05 acredita e menciona que:

São politizados sim, especificamente alunos da UFAM, sempre irão ter uma opinião articulada ou conceituada, tudo que envolve política universitária todos tem suas opiniões bem embasadas. O porém, é que eles não querem participar ou adentrar no movimento em si, o descrédito pelas ferramentas institucionais e a efetividade desses centros acadêmicos, diretórios e etc, por isso os estudantes evitam participar.

Para o último entrevistado Sj 06 , “não, os estudadantes não, eu diria que 5% no maximo, já os docentes sim e utilizam dessa política para interesses pessoais como cargos, acordos politicos etc”.

É importante destacar, nas falas que nem todos os jovens estão mobilizados as causas sociais e uma grande parcela ainda está na universidade sem mudar as suas concepções políticas, esquecendo-se do seu verdadeiro significado dentro da sociedade. Mas a partir do momento que a percepção de um jovem vai avançando, através do consciente ou exigência que a juventude padece, ele começa a perceber como os indivíduos que estão ao seu redor pensam e agem, tendo um posicionamento no meio social ou buscando ser um jovem politizado para saber lidar com os conflitos.

E é essa a característica que na maioria das vezes esperamos em uma concepção jovem, embora as dificuldades sejam uma realidade a ser encarada dia após dia, se cada jovem tem para si, um ideal firmado e o espírito revolucionário a juventude irá caminhar em um só objetivo. Tais aspectos, tornam-se presente no modo de pensar e agir de uma juventude que participa dos colegiados.

Dando sequência nas abordagens, os entrevistados foram questionados quanto ao seu ponto de vista, se:

	Os órgãos colegiados da universidade contribuem para a juventude ter uma visão e um pensamento político mais crítico?
Sj1	Demais, porque é nesses colegiados que há muitas bandeiras, muitas lutas são travadas aqui dentro, muitas demandas ligadas ao governo federal que vão modificar totalmente a forma de como a educação ocorre na UFAM. Grandes deliberações e decisões são importantíssimas para a vida dos alunos. Por isso muda sua visão política, o seu olhar sobre a sociedade, que nos caso de nos discentes (...).
Sj2	Não, acredito que não há um interesse da instituição nem na divulgação dos conselhos em fazer com que haja interesse por parte da comunidade estudantil em participar.
Sj3	Infelizmente não, porque por mais que eu tenha conseguido encontrar momentos para provocar uma discussão mais crítica e não só estar em uma atividade mecânica e rotineira. Esses momentos são cercados de burocracias e formalidades que restringem muitas vezes uma discussão mais intensa e produtiva; mas me refiro ao conselho do qual participo, talvez outros conselhos sigam de forma diferente.
Sj4	Bastante, mas infelizmente só existem dois representantes com direito a voz e voto. O colegiado disponibiliza regras sobre seu funcionamento e isso garante que os alunos interessados entre nesse meio político. Mostra as dificuldades e deficiência dos cursos, pois eles dão garantia e efetividade dos alunos serem eleitos, porém somente dois podem votar. Entretanto com o novo estatuto (25% alunos, 25% técnicos e 50% professores).
Sj5	De fato, há também alguns alienados, mas acredito eu, que são a minoria, pois muitos criticam "ah os estudantes da UFAM não querem lutar", mas as pessoas que entram nessa luta tem a responsabilidade de incentivar e convencer outros a participar, a falha não é dos estudantes em participar, talvez essa demanda tão alta que não participa pode ser culpa ou responsabilidade (...).
Sj6	Contribuem sim, primeiramente por nos analisarmos as conjunturas da universidade, aprendemos como se tramita projetos, plenários; pois os conselhos superiores trabalham com operações de projetos e isso é bom para vermos como a política funciona.

Quadro 03: Depoimento dos entrevistados, sobre sua visão e pensamento político.

Apresentada as opiniões dos jovens entrevistados, podemos analisar que os órgãos colegiados da universidade podem proporcionar um crescimento intelectual que contribui para uma visão e um pensamento mais crítico dos alunos. Faz-se necessário reconhecer que tal pensamento é capaz de potencializar uma juventude, influenciando no seu poder de decisão e na persistência pelos direitos de sua comunidade em geral. Com isso, é notório observarmos que, quem faz parte de um segmento de decisões políticas, está mais apto a adquirir tais conhecimentos.

5.4. Visão sobre participação

Dando continuidade ao nosso estudo, daremos sequência às entrevistas aplicadas aos participantes dos órgãos colegiados da Ufam, sobre a visão dos mesmos a respeito de participação.

Primeiramente, foi perguntado a eles, sobre a importância da participação política no espaço universitário.

Importância da participação política na UFAM	
Sj1	A universidade vem a ser um dos estágios da construção do nosso caráter e da própria sociedade. Porque é dela que sairão profissionais e pessoas que irão ser agentes de transformação (...), é importante sua participação porque ele influencia na construção de muitas alternativas que seriam os coletivos ou organizações políticas estudantis distintas, livres e autônomas. Na qual eu mesmo participo, então é isso que a política faz, dentro da universidade. Para termos ganhos, quanto para pesquisa, ensino e extensão (...).
Sj2	É importante porque a universidade é um espaço de discussões e vivências políticas para aqueles que estão dispostos a discutir. Além de que a universidade é mantida pela sociedade e a participação é uma espécie de resposta a isso, uma resposta à sociedade.
Sj3	É a compreensão de cidadania, de se reconhecer enquanto sujeito de direitos e deveres, que precisa fazer parte das construções coletivas na qualidade de ensino e de função enquanto agente de transformação.
Sj4	Conhecer a funcionalidade de cada órgão existente da universidade e lutar pelos seus direitos estudantis; respeitando cada segmento institucional conforme o estatuto da Ufam.
Sj5	É fundamental, se pararmos para pensar que o espaço universitário é um espaço que se fundamenta a democracia. Por exemplo, os conselhos tem espaço para os alunos, assim como os discentes e técnicos darem as suas opiniões, nada é decidido apenas por uma pessoa. A participação política é fundamental para você colocar as demandas de sua categoria em série e decidir que rumo à universidade. Entretanto o que é mais importante é termos uma grande parcela de pessoas da universidade participando juntamente com os demais.
Sj6	É importante, pois apenas um estudante sabe as dificuldades do outro, por isso a política estudantil é necessária para que eles cheguem a um nível mais alto e assim serem atendidos.

Quadro 04: Depoimento dos entrevistados, sobre a importância da participação política na UFAM.

Dados os depoimentos é importante frisarmos que, a juventude reconhece que é necessário unir forças e ser participante ativa no espaço universitário, pois é a partir da sua vivência nesses segmentos que mostrará a eles como se posicionar frente às demandas de sua categoria. Desta forma destacamos que os jovens que se inserem em lutas sociais tem um desejo de transformação social, vislumbram um mundo melhor, mais justo e com menos desigualdades sociais (CASTRO, 2008).

Logo, os jovens são vistos como um importante ator de transformação social, devido a sua grande influência, não somente com a sua categoria, mas também com os demais segmentos existentes na nossa sociedade.

(...) Dizemos que a participação é conquistada para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser,

sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual. Não existe participação suficiente, nem acabada. Participação que se imagina completa, nisto mesmo começa a regredir. (DEMO, 1993, p. 18).

Quando mencionamos o termo segmento, podemos simplificar falando em “parte de um todo”. Até porque, é daí que se constrói um debate político presente o tempo todo nos grupos de jovens, dentro ou fora da universidade, nas conversas em corredores, nos espaços das igrejas, nos bares, a todo instante os jovens estão partilhando suas vidas, comentando sobre problemas que atravessam seus cotidianos.

Segundo TEIXEIRA (1997), a participação cidadã, nas suas diferentes dimensões, utilizando mecanismos institucionais, contribui para o fortalecimento da sociedade civil que passa a exercer importante papel na democratização do Estado e das instituições. Com isso pode-se relacionar com o que vimos na realidade universitária, que vem atuando de maneira direta nos espaços institucionalizados da Universidade, essa atuação se dá pelo reconhecimento dado para a participação política que é o poder decisório dentro dos colegiados, usando recursos que são disponíveis nesses espaços.

Mas para isso, primeiramente é necessário que o aluno conheça e reconheça que é de suma importância a sua participação das instâncias universitária e após adentrarem os jovens possam fazer valer os interesses dos seus colegas, seus anseios e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos e obrigações com a comunidade acadêmica.

Até porque, quando se toma liderança de algo é preciso ter espírito militante, frente as batalhas que são enfrentadas dia após dia, como diz ALMEIDA (2004), a participação demanda compromisso, envolvimento, portanto, as ações devem ser direcionadas para se alcançar o bem público, o que envolve tomar posições, decisões e, conseqüentemente, fiscalizar as aplicações das posições adotadas.

E é nessa ideia que iniciaremos agora nossa próxima discussão, quando perguntamos aos entrevistados se eles participam em algum órgão colegiado da Ufam e discorrer sobre essa participação.

	Participa de algum colegiado e como ocorre essa participação
Sj1	No conselho universitário (CONSUNI), que é o colegiado de maior importância da universidade, sou um dos representantes discente. Apesar de o corpo discente serem maioria na universidade, comparado as 3 categorias presentes na instituição, infelizmente e injustamente os discentes tem uma participação menor no conselho universitário. Por isso é importante que tenham alunos representando para que a voz e as demandas dos nós estudantes cheguem a esse colegiado maior na universidade.

Sj2	Sim, no conselho de administração (CONSAD), minha participação vai ao sentido de levar as demandas dos movimentos e da comunidade estudantil, nas decisões desse colegiado; como somos estudantes, estamos sempre em contato e sabemos onde estão os gargalos onde mais nos afetam.
Sj3	Sim, do conselho superior de ensino pesquisa e extensão (CONSEPE). Participo através do voto direto e das discursões a respeito de casos como: jubramento, inclusão e exclusão de cursos, a provação do calendário acadêmico entre outras questões.
Sj4	Sim, posso até citar alguns: Diretório Regional Estadual, Colegiado de Nutrição, Comissão Própria de Avaliação, todos existentes no pólo onde eu estudo (Coari) e somente o Conselho Universitário (CONSUNI) que é da nossa capital, vejo que devemos ter o reconhecimento das necessidades estudantis dentro da unidade acadêmica, lutando e representando-os.
Sj5	Fui eleito no CONSUNI, obtive mais de 200 votos e pude participar de algumas reuniões e a experiência que eu tive, achei que não foi tão proveitosa como eu havia imaginado, pois a maioria dos assuntos debatidos no Consuni, não eram tão relevante para os estudantes, de certa forma. É relevante, mas não totalmente, as reuniões tornavam-se cansativas e no final não havia deliberações e se estendia para outra data. Por isso para mim não foi tão proveitosa quanto eu esperava.
Sj6	Sim, no CONSUNI e a participação dos universitários e pouca, justamente por passarmos por muitas dificuldades, principalmente na inclusão de pautas. Basicamente participamos apenas como ouvintes, votamos e repassamos as possíveis mudanças da universidade. Temos vez em falar, dar opinião, porém o aluno sofre em querer propor questões que cheguem à discussão por parte da bancada.

Quadro 05: Depoimento dos entrevistados se participam de algum órgão e como isso ocorre.

Assim sendo, vejamos que a participação política em si, não se resume em apenas fazer parte de um ato, mas engloba também na tomadas de decisões, conhecer as instituições e representantes dos jovens, participar de instâncias políticas, e muito mais. Até porque o processo pelo qual os indivíduos passam, como agente de transformação social, de uma situação estagnada para uma situação ativa e reivindicatória é decorrente do contexto socioeconômico e histórico de cada sociedade.

A História não faz nada, não “possui uma enorme riqueza”, ela “não participa de nenhuma luta”. Quem faz tudo isso, é quem participa das lutas, é o homem, o homem real; não é a “História” que utiliza o homem como meio para realizar os seus fins – como se tratasse de uma pessoa individual – pois a História não é senão a atividade do homem que persegue seus objetivos. (MARX, Karl e ENGELS, 1967, p. 1590).

Todavia, para compreendermos como se dá toda a “efervescência” de um jovem em adentrar os espaços democráticos existentes na nossa sociedade, é preciso valorizar as experiências de reivindicações de muitos trabalhadores vivenciaram na nossa sociedade na busca pela democracia e direitos igualitário, por meio das organizações representativas como sindicatos e partidos políticos que se efetivaram em prol de suas constantes lutas sociais.

A conquista dos direitos é resultado de pelezas empreendidas nos espaços de participação social. No entanto, esses movimentos contribuíram para despertar a consciência dos problemas vividos e possibilitaram a participação da população com capacidade de continuar a organizar-se em movimentos sociais, de forma a consolidar e a ampliar os direitos sociais e políticos conquistados, por meio de um processo constante e contínuo. (MIRANDA, CASTILHO apud CARDOSO, p. 183).

Dado o exposto, outra problemática é apresentada a eles, de como ocorreu suas inserções nos órgãos colegiados da Ufam (CONSUNI, CONSAD, CONSEP), e o que contribuiu para que isso acontecesse, até porque é crucial entendermos as subjetividades históricas de um jovem.

	Como ocorreu e o que contribui para sua inserção nos órgãos
Sj1	Logo que eu adentrei a universidade, eu fundei juntamente com alguns colegas uma organização estudantil independente. Partindo disso, percebo que a política é uma luta constante, cotidiana, que faz parte da nossa vida, sem ganhos materiais, sem rumos financeiros. Então é importante ter representação discente para que a nossa voz chegue a esse maior colegiado, nós conseguimos nos articular e eleger alguns alunos e um deles fui eu, pelo Consuni.
Sj2	Desde quando entrei na universidade me envolvi no movimento estudantil. Houve certa pressão de algumas pessoas que já tinham participado desse colegiado, no sentido de assumirmos essas cadeiras, tendo em vista a sua importância nas determinações das regras; a serem estabelecidas na instituição. Mesmo com poucos votos, podemos nos alegrar e nos mobilizar nas bases para fazer pressão, nas decisões que nos impactam, mas em termos do projeto da universidade que queremos.
Sj3	Através da mobilização de um coletivo de estudantes a qual comecei a fazer parte durante a greve nacional das universidades federais. As discursões sobre as condições das universidades seja pela infraestrutura ou de ensino, foi o que motivou o meu interesse em ocupar esses espaços políticos.
Sj4	Há uma eleição para representante em cada segmento, e eu fui eleito pelos colegas, e sempre acreditei que era importante eu ter um envolvimento precoce com o movimento estudantil.
Sj5	Fui eleito através de uma eleição democrática e o que mais influenciou, acredito que foi o fato de eu já ter sido presidente do centro acadêmico de Administração, provavelmente meu trabalho foi bem avaliado, tanto que quando eu coloquei meu nome na eleição do Consuni, acabei obtendo esse resultado positivo dos meus conhecidos e colegas estudantes.
Sj6	Eu já participava do centro acadêmico de economia, hoje estou como vice-presidente, e logo que abriram as inscrições, nós juntamente com outros amigos universitários nos candidatamos e atualmente fazemos parte.

Quadro 06: Depoimento do entrevistados, de como e o que contribuiu para sua inserção nos conselhos.

Partindo dessa ótica, sobre participação dos jovens e o que contribui para que eles adentrem nos espaços democráticos oferecidos pela instituição. Observamos que os

entrevistados antes da sua vida acadêmica sempre acreditaram que a política está relacionada primeiramente como uma forma de representatividade, princípios e autonomia de um indivíduo. Antes de liderar uma comunidade é preciso conhecer suas reais necessidades, somar com ela e militar por ela, nesse caso a comunidade juvenil.

Continuando a ser, os movimentos sociais e a participação popular são elementos fundamentais na ocupação dos espaços de luta por uma sociedade mais justa e igualitária, na qual a cidadania sai do discurso e se constrói na prática através da conquista, consolidação e ampliação dos direitos (MIRANDA, CASTILHO apud CARDOSO, p.184).

Para a juventude universitária que faz parte dos colegiados é uma tarefa árdua, está militando muitas vezes sem o apoio ou incentivo de outros discentes. Muitos trazem consigo o espírito de liderança ou por verem a necessidade de se estar lutando por uma universidade melhor para todos, acabam engajando-se nos espaços democráticos, sejam eles Conselhos, Centro Acadêmicos, Movimentos Estudantis e/ou Diretório Central do Estudante.

E é claro que, por mais que os jovens estejam empenhados em representar a sua categoria, no caso a discente, sem o incentivo e apoio dos demais, se torna difícil. Porém por mais que se sentissem limitados eles nunca deixaram de exercer o seu papel como protagonistas sociais, buscando acima de tudo, trazer esses jovens que não fazem parte da política universitária para sua realidade.

De fato não é uma tarefa fácil, mas não é impossível para quem decide prudentemente ser um cidadão que acima de tudo, reconhece que os interesses da coletividade estão acima de seus próprios interesses ou de grupos.

Outro fator importante, na qual perguntamos aos entrevistados; sobre suas experiências nestes órgãos colegiados.

	Experiências nos órgãos colegiados
Sj1	Quando eu entrei no CONSUNI eu já tinha experiências em movimentos e com a burocracia, porque é um órgão corporativo, porém muito burocrático um pouco diferente do que eu estou acostumado que é o movimento estudantil que é uma luta direta, uma luta radical, uma ação direta. E nós já tivemos experiências, a burocracia até hoje em 99,99% das vezes não funciona ela é ineficaz (...). Eu cresci demais, principalmente isso modificou meu caráter e forma de pensar, mudou também a minha forma de luta estudantil sobre minha ótica. Até o momento eu sou um dos conselheiros que estou mais participa, até porque há uma grande evasão, quer dizer sempre houve em relação aos discentes, apesar disso em todas as reuniões eu estou presente, eu contribuo e sempre que há pautas que deliberam sobre a comunidade acadêmica eu me posiciono, porque eu não estou defendendo só a minha ideia, mas as pessoas que me elegeram, isto é, a comunidade discente.

Sj2	Já denunciei alguns problemas que estavam afetando não só a mim, como aluno, mais dentre outros; aproveitando a presença da reitora a problemática das linhas de ônibus (125 e o 616), que não estavam mais fazendo integração no Campus, em seguida fui a uma reunião marcada com todos, para tratarmos do assunto. Já participei de várias decisões importantes, mais o ponto maior é a chance de pressionar a reitora e os membros do colegiados a aprovar algo, no caso as demandas da comunidade acadêmica.
Sj3	Tive a oportunidade em alguns momentos de criticar algumas questões pertinentes as condições de ensino da instituição que provocavam a incomodação da gestão, além de servir como porta-voz aos interesses dos alunos da universidade
Sj4	Primeiramente passou a conhecer como funciona a estrutura da instituição, observando os dados positivos e negativos sobre cada assunto pautado nela. Como ocorrem as deliberações, propostas e encaminhamentos às unidades, resultando-me na conscientização da política no espaço universitário
Sj5	As reuniões nesses órgãos muitas vezes acabam sendo muito prolongadas e envolvem temas bastante complexos que devem ser amplamente debatidos. Observo que as questões que estão em pauta influenciam no afastamento dos estudantes por ser um pouco desgastante, acredito que poderia ser algo mais dinâmico. A experiência de certa forma foi boa, porque foi um espaço igualitário de voz juntamente com os professores e técnicos. Proveitoso foi sentir esse espaço, essa atmosfera onde se discute políticas da universidade, interessante é saber também que no Consuni há igualdades, um equilíbrio de opiniões, onde eu tenho voz e vez, igualmente a um professor de 50 anos de carreira.
Sj6	Toda reunião do CONSUNI é muito demorada é isso que percebo, dentro desse órgão colegiado são várias pessoas que tentam “prejudicar as outras”. A função do aluno é basicamente ouvir e exercer seu papel interpretativo, o aluno é importante, pois ele não toma bandeiras "x" e "y". Você não vai deixar de votar em um projeto que seja bom, só porque não beneficia diretores de unidades, e é o que tem mais acontecido; ai que vem o peso do voto dos estudantes em efetuar ou agilizar projetos.

Quadro 07: Depoimento dos entrevistados sobre suas experiências nos órgãos colegiados.

Conforme os depoimentos mencionados, notamos que grande parte da juventude faz a política acontecer no ambiente em que vive, por mínima que seja, eles estão empenhados e articulando sua forma de agir no espaço universitário. Primeiro, reconhecendo o que de fato é a política e de que forma ela atua na vida pública. Afinal, como membros de uma sociedade, esses jovens também tem a responsabilidade sobre os rumos que ela vai tomar.

Porém isso não é responsabilidade apenas dos jovens, mas de todos. Ao tratar do tema da participação, não podemos ignorar o seu conteúdo ideológico. Na caracterização da participação política o elemento – poder político – não se confunde com autoridade, nem com o Estado, mas supõe uma relação em que atores, usando recursos que são disponíveis no espaço público, fazem valer seus interesses, aspirações e valores, construindo suas identidades, afirmando-se como sujeitos de direitos (TEIXEIRA, 1997, p.185).

Pressupondo que a participação política pode ser exercida de diversas maneiras, seja por movimentos partidários, seja por ações desvinculadas a partidos que beneficiem a comunidade. O protagonismo juvenil “significa participação solidária, direitos, e

responsabilidades conquistadas por uso dos mecanismos legítimos de pressão social e construção da integração social por meio da formação de uma opinião pública esclarecida” (IULIANELLI, 2003, p. 69).

Concluindo, com esse estudo é possível constatar que a juventude do século XXI, discentes de uma instituição pública, estão de fato preocupados com as decisões que a Universidade vem tomando e sempre busca através da participação política intervir naquilo que acredita ou lutar por aquilo que sua categoria necessita.

O reconhecimento dos discentes sobre a política instituída na universidade é primordial para que os mesmos possam somar com os demais, através do seu potencial e representatividade. Mesmo que muitos de seus colegas desacreditem que lutar e participar não mudará a sua realidade, parte de cada jovem está engajado conscientemente nesses segmentos políticos, no caso os órgãos colegiados, reivindicando por seus direitos e atuando como um cidadão politizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com esse estudo podemos constatar que a categoria juvenil é um importante segmento da nossa sociedade, além de serem agentes de sociabilidade, tem grande potencial de influência sobre a sua realidade. Sua participação política implica de forma positiva na dinâmica social pela legitimação de seus direitos e anseios.

Vemos que uma parcela do segmento juvenil, em especial os jovens universitários, possui chance para está frente às lideranças exercendo o papel de atores sociais, devido à disponibilidade oferecida pela universidade que tem por finalidade estimular a criação cultural e o desenvolvimento reflexivo, promover a investigação científica e estimular o conhecimento dos problemas na sociedade, sobretudo o mesmo pode ser constituído dentro dos espaços políticos, onde os discentes podem inserir-se sem restrições ou burocracias para representar politicamente a comunidade acadêmica.

É importante reconhecermos que os espaços políticos da universidade dão esse aparato aos estudantes, além de abrirem oportunidade para reivindicação em prol de mudanças ou melhorias, esses espaços políticos remetem-se aos órgãos colegiados, que é o Consuni, Consad e o Consepe.

Quando fazem parte do ambiente acadêmico da universidade, a juventude defronta-se com algo novo e totalmente diferente do que já tinha visto. Nesse âmbito, a juventude passa a observar tudo o que está em sua volta e percebe que talvez nunca tenha atenção para com as suas expectativas; daí surge o interesse em mudar essa concepção, inserindo-se em algum espaço, onde poderá contribuir e intervir. As relações sociais é um dos aspectos relevantes que os estudantes constroem como base e apoio quando adentram nesses espaços democráticos e além do mais, garantem um vínculo saudável que fortalece os ideais de ambas as partes.

Sabemos que a universidade dispõe de muitos espaços de interação e política, nesse momento enfatizamos, os conselhos universitários, que são responsáveis pelas decisões que definem os rumos da universidade, ou seja, exigem que aja uma representação das camadas sociais da universidade, discentes, docentes e técnicos que são representantes da massa universitária.

Os sujeitos dessa pesquisa demonstraram bastante interesse em está participando ativamente do cenário político da universidade, mobilizando-se a favor das exigências e demandas de seu segmento através do ato político, que serve de suporte na sua militância.

Embora estes jovens tenham enfrentado muitos desafios no decorrer da sua trajetória política, até por parte dos órgãos colegiados, como muitos disseram em seus depoimentos, que é difícil por em discussão ou pauta alguma questão levantada por eles; mesmo que isso desestime um jovem, isso não é um fator que leve essa juventude a deixar de tomar posições e falar o que pensa.

Tendo em vista as experiências que aqui transcrevemos, concluímos que a população juvenil, sobretudo a universitária, tem capacidade de intervir no meio em que vive, isto é, no meio estudantil, através de sua participação nos espaços políticos da instituição. O direito de voz e vez é uma ferramenta válida para que os estudantes possam apresentar as reivindicações do coletivo e posteriormente, assumirem posicionamentos importantes na sociedade, uma vez que, já estão construindo uma cidadania participativa, crítica e menos desigual, através da política universitária.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. São Paulo, n. 5-6, Mai/Jul/Agosto de 2007.
- ALMEIDA. HBC SZWAKO, **Diferenças e Igualdades**. São Paulo, Berlends e Verthecchia. 2009.
- ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª ed., Rio de Janeiro: Guanabara, p.279, 1973.
- Artigo, sobre a entrevista de Renato Souza de Almeida. **Participação política, quando o jovem entra em cena**. Publicada na edição nº 390, setembro de 2008. <http://www.mundojovem.com.br/entrevistas/participacao-politica-quando-o-jovem-entra-em-cena>.
- BANGO, Júlio. Políticas de juventude na América Latina: Identificação de desafios. Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). In **Políticas públicas: juventude em pauta**. – São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.
- BRASIL. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude** /CASTRO, Mary Garcia e ABRAMOVAY, Miriam – Brasília: RITLA, 2009.
- CASTRO, Lúcia Rabello de. **Participação Política e Juventude: do mal-estar a responsabilização frente ao destino comum**. Ver. Sociol. Polít., Curitiba, v. 16, n. 30, p. 253-268, jun. 2008.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 1993.
- FERNADEZ, Cristiane Bonfim. **Infância violada**. Políticas públicas de enfrentamento da violência sexual infanto juvenil no Amazonas. Manaus: Adua, 2012.
- FRAGA, Paulo Cesar Pontes. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro, DP&A, 2003, p.55 a 65.
- IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. Juventude: **Construindo Processos – O Protagonismo Juvenil In Jovens em Tempo Real**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, p. 54-75.
- JAMES, A., PROUT, A. (éds.) **Constructing and reconstructing childhood: contemporary issues in the sociological study of childhood**. London: The Falmer Press, 1990.
- MARX, Karl e ENGELS. **A Sagrada Família** (1845). Ed. Martin Claret, 1967.
- PAIS, José Machado. **A construção sociológica da juventude**- alguns contributos. Análise Social, vol. XXV, (1.º, 2.º), p.139-165, 1990.
- RIZZINI, Irene. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

SANTOS, B. **A emergência da concepção moderna da infância e adolescência** – mapeamento, documentação e reflexões sobre as principais teorias. 1996. Dissertação (Mestrado Antropologia) Faculdade de Ciências Sociais - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

SIROTA, R. **Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar**. São Paulo: Cadernos de pesquisa, n. 112, Mar/2001. Disponível em <www.scielo.br/pdf/cp/n112/16099.pdf>. Acesso em 21/06/2007.

SPOSITO, Marília Pontes. CARRANO, Paulo César Rodrigues. **Juventude e Políticas Públicas no Brasil**. 2003

MARCOVITCH, Jacques. *A universidade (im)possível*. São Paulo: Futura, 1998.

MIRANDA, Camila Maximiano, CASTILHO, Neuza Aparecida Novais, CARDOSO Vanessa Cristina Carvalho. **Movimentos sociais e participação popular: luta pela conquista dos direitos sociais**. Revista da Católica, Uberlândia, p. 176-185, 2009.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **As dimensões da participação cidadã**. CADERNO CRH, Salvador, n. 26/27, p. 179-209, jan./dez. 1997.

UNESCO, **Visão de Conjunto In Políticas Públicas de/ para/ com Juventudes**. Brasília:

UNESCO, p. 23-58, 2004.

UNESCO, **Políticas Públicas de /para/ com Juventude**. Brasília UNESCO, 2004. **Políticas públicas no território das juventudes/** organizadores Jailson de Souza e Silva, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró-Reitoria de Extensão, 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Estatuto da Universidade**. Disponível em: <[conselhos. ufam.edu. br/](http://conselhos.ufam.edu.br/)> Acesso em: 10 de jan. 2013.

ZUCCHETTI, Dinora Tereza e BERGAMASCHI, Maria Aparecida. **Construções Sociais da Infância e da Juventude**. Cadernos de Educação | FaE/PPGE/UFPelPelotas [28]: p.213 - 234, janeiro/junho 2007.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

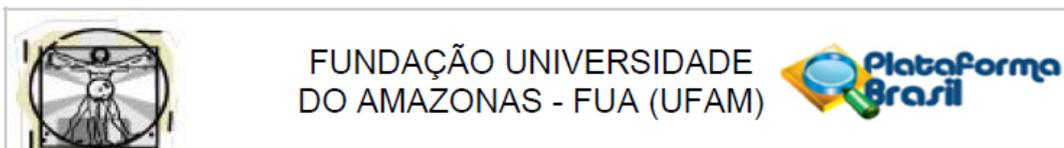
Nº	Descrição	Ago 2013	Set	Out	Nov	Dez	Jan 2014	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul
1	Construção e revisão das bases teóricas e metodológicas	R	R	R	R	R							
2	Contato inicial com UFAM para levantamento de dados preliminares		R										
3	Elaboração dos instrumentais técnicos de coleta de dados.			R	R								
4	Elaboração e apresentação do relatório parcial					R							
5	Pesquisa de campo (levantamento documental e realização de entrevistas).						R	R	R				
6	Organização, tabulação e análise dos dados.								R	R	R	R	
7	Elaboração do Resumo e Relatório Final												R
8	Preparação da Apresentação Final para o Congresso												P

R- REALIZADO

P- PREVISTO

APÊNDICES

Parecer do CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Juventude e Política: um estudo sobre a participação de jovens em órgãos colegiados da Universidade Federal do Amazonas.

Pesquisador: Cristiane Bonfim Fernandez

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 15974313.4.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 401.330

Data da Relatoria: 18/09/2013

Apresentação do Projeto:

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo analisar a participação de jovens nos órgãos colegiados superiores da Universidade Federal do Amazonas. Considerando que hoje, por um lado, temos uma democracia que garante a participação política, e ao mesmo tempo, se vivencia uma certa despolitização na sociedade e, inclusive, no espaço universitário, pretende-se desenvolver uma reflexão sobre a participação de jovens na construção e decisões referentes as políticas da UFAM, por meio de seus órgãos colegiados. Há uma afinidade dos jovens com os objetivos institucionais e/ou com os objetivos da entidade/segmento que representa? Quem é jovem que conquista espaço nos Conselhos Universitários (CONSUNI), Conselho de Administração (CONSAD) e Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CONSEPE)? A que cursos estão vinculados? O que pensam sobre sua participação política nestes espaços? Qual a visão de mundo a respeito de política e juventude? Para responder a estas questões será feito um levantamento para identificação de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos de idade que tenham participado dos conselhos supracitados no período de 2005 a 2012.

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 401.330

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Refletir sobre a participação política de jovens em órgãos colegiados da Universidade Federal do Amazonas no período de 2009 a 2012.

Objetivo Secundário:

Identificar o perfil do jovem que participa dos órgãos colegiados Universidade Federal do Amazonas. Constatar as formas de fazer política dos jovens que participam dos órgãos colegiados da Universidade Federal do Amazonas. Investigar a visão do jovem sobre participação e política em órgãos colegiados da Universidade Federal do Amazonas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Análise Crítica dos Riscos e Benefícios. Não há riscos neste sentido, pois será garantido o sigilo quanto ao nome dos entrevistados.

Benefícios:

Contribuirá para a produção de conhecimento científico acerca da participação política da juventude nos conselhos da Universidade Federal do Amazonas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

1. Metodologia

Quando se trata de metodologia refere-se uma tarefa de artesanato intelectual, que perpassa várias etapas. Estas foram indicadas por Minayo (2001) como um processo cíclico, ou em espiral, o qual envolve um problema, perguntas e que termina em um produto provisório, datado no tempo e no espaço e a partir do qual podem surgir novas inquietações e questionamentos. Assim, à luz dessas diretrizes esta pesquisa está estruturada em fases distintas, mas articuladas entre si. 1ª FASE: Revisão de Literatura. Contempla levantamento bibliográfico referente ao tema a fim de refletir sobre os conceitos de juventude, participação, política, assim como das categorias que permeiam a pesquisa e da metodologia da pesquisa. Esse momento será efetivado a partir de leituras e fichamentos de textos, livros, artigos e através de debate sobre o material selecionado. 2ª FASE: Contato com a Instituição e Elaboração dos Instrumentais. Será feito um contato com os órgãos colegiados da Universidade Federal do Amazonas, CONSUNI, CONSAD e CONDEPE para levantamento da composição de seus membros, a fim de identificar a presença de jovens na faixa etária de 18 a 29 anos de idade. Ainda nesta fase, será elaborado o questionário com perguntas abertas e fechadas e um roteiro de entrevistas para aplicação com os jovens selecionados. 3ª FASE:

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 401.330

Realização da pesquisa de campo. Esta propicia ao pesquisador a inserção na realidade investigada norteada pela discussão a respeito da temática, assim como da pesquisa qualitativa. O contato do pesquisador com o campo é fundamental para conhecimento do objeto proposto a investigar, permitindo uma interação entre sujeito pesquisador e sujeito pesquisado, este não é meramente um objeto de estudo. Serão aplicados questionários com os jovens disponíveis para participar da pesquisa, e em seguida, realizada entrevistas com alguns. O quantitativo de jovens que responderão ao questionário e participarão da entrevista dependerá do levantamento feito quanto a presença de jovens nos órgãos colegiados da UFAM. Mas, para tanto, serão considerados os critérios de viabilidade e disponibilidade do sujeito em participar da pesquisa. 4ª FASE: Organização, análise e interpretação dos dados coletados. É o momento da abordagem quantitativa e qualitativa, movimento este realizado a luz de todo referencial teórico construído o qual será revisitado continuamente. Haverá uma tabulação dos questionários e análise profunda das entrevistas. É importante ressaltar que a trajetória da investigação não ocorre de forma estanque, mas articulada, o que exige uma postura aberta ao aprendizado contínuo e amadurecimento do pesquisador.

Tamanho da Amostra no Brasil: 45

Critério de Inclusão: Jovens entre 18 e 29 anos de idade, e que tenham participado nos órgãos colegiados da UFAM no período de 2005 a 2012.

Critério de Exclusão: Jovens da Universidade Federal do Amazonas, fora da faixa etária entre 18 e 29 anos de idade, e sem participação nos órgãos colegiados da UFAM no período de 2005 a 2012.

2.Orçamento: ADEQUADO

3.Cronograma: ADEQUADO

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

1.Folha de Rosto: ADEQUADO

2.TCLE: INADEQUADO

3.Risco: INADEQUADO

4.Termo de Anuência: FOI APENSADO AO PROJETO.

5.Critérios de inclusão e exclusão: adequado

6.Instrumentos da pesquisa: NÃO FORAM APENSADOS AO PROJETO

7.Declaração dos resultados da pesquisa: ADEQUADO

8.Declaração sobre uso e destinação do material: ADEQUADO

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



Continuação do Parecer: 401.330

9.Termo de Compromisso do pesquisador: ADEQUADO

10.Curriculas Lattes: foram apensados ao projeto

Recomendações:

Recomenda-se a pesquisadora iniciar a COLETA DE DADOS após análise e aprovação do projeto pelo CEP/UFAM.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

1.RISCO: INADEQUADO

1.1 A pesquisadora deverá modificar os riscos do corpo do projeto quando menciona que "não há riscos nesse sentido"... inserir que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos mesmo que mínimos, e mencionar os modos de minimizá-los.

2.TERMO DE ANUENCIA: FORAM APENSADOS AO PROJETO

3.INSTRUMENTOS DE PESQUISA: NÃO FORAM APENSADOS AO PROJETO

3.1 A pesquisadora deverá inserir no projeto o questionário que utilizará com os sujeitos da pesquisa que serão entrevistados de acordo como menciona na metodologia.

4.TCLE: INADEQUADO

Embora a pesquisadora tenha apresentado um novo TCLE, porém não atendeu todas as solicitações do Comitê.

4.1 Modificar o cabeçalho do TCLE, após Universidade Federal do Amazonas retirar inscrição de projetos para o PIBIC 2013-2014.

4.2 A pesquisadora deverá inserir um cabeçalho oficial da UFAM prevista em Portaria. Após colocar o nome da Universidade, inserir abaixo o nome da Unidade onde a pesquisadora está lotada e logo abaixo o curso e o departamento.

4.3 A pesquisadora deverá incluir no TCLE no local onde indica seu nome, inserir endereço profissional completo, com telefone fixo e email. Em seguida inserir o endereço profissional completo da aluna, com telefone fixo e email.

5.CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO:

5.1 A pesquisadora deverá modificar a data inicial e final (data inicial 01/09/2013 e data final 30/09/2013) do item Contato Inicial com a UFAM para levantamento de dados preliminares, pois o projeto só se inicia após análise e aprovação do CEP e até a presente data ainda está sendo analisado.

Em razão do exposto, somos de parecer favorável que o projeto fique em Pendência, pois cumpriu

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE
DO AMAZONAS - FUA (UFAM)



Continuação do Parecer: 401.330

parcialmente as determinações da Res. 466/12.

É o parecer.

Obs: A pesquisadora tem até 60 dias para responder este parecer, atendendo a todas as pendências.

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado (a) Pesquisador (a),

V. Sa. tem impreterivelmente até 60 dias para responder a TODAS as pendências solicitadas por este comitê. Em caso de dúvidas, favor consultar nossa página WWW.cep.ufam.edu.br e/ou entra em contato conosco.

Favor não excluir documentos anexados.

MANAUS, 20 de Setembro de 2013

Assinador por:
Ana Paula Pessoa de Oliveira
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-5130

Fax: (92)3305-5130

E-mail: cep@ufam.edu.br